



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**  
**Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023**

Eixo: Política Social e estratégias de desenvolvimento

## Desenvolvimento Capitalista e Política Social no Brasil Contemporâneo

Camila Gonçalves Guimarães<sup>1</sup>  
 Emily Santos Mota<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como finalidade trazer à tona reflexões no âmbito dos movimentos das políticas sociais no Brasil contemporâneo. O objetivo é problematizar a Política a partir das medidas de ajuste fiscal uma vez que esta vem sendo hoje transformada e estruturada, no contexto neoliberal. Serão apresentadas questões a respeito das peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo monopolista no país. Em seguida, serão abordadas reflexões acerca da questão social e sua intrínseca relação com o desenvolvimento das políticas sociais, sua expansão no período conhecido como "welfare state" e o seu notório encolhimento dado por medidas neoliberais. Por último, será abordado como essas mudanças refletiram na Seguridade Social.

**Palavras-chave:** Política social. Neoliberalismo. Ajuste fiscal.

## Capitalist Development and Social Policy in Contemporary Brazil

**Abstract:** This article aims to bring up reflections within the scope of social policy movements in contemporary Brazil. The objective is to problematize the Policy from the fiscal adjustment measures, since it is being transformed and structured today, in the neoliberal context. Questions will be presented regarding the peculiarities of the development of monopoly capitalism in the country. Next, reflections on the social issue and its intrinsic relationship with the development of social policies, its expansion in the period known as the "welfare state" and its notorious shrinkage due to neoliberal measures will be addressed. Finally, it will be discussed how these changes reflected in Social Security.

**Keywords:** Social policy. Neoliberalism. Fiscal adjustment.

## INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo contribuir para reflexões que circunscrevem o movimento das políticas sociais. A proposta é enriquecer o debate acerca das tendências das políticas sociais e suas novas configurações marcadas pelo contexto neoliberal no Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Tecnológica. Doutoranda em Política Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), e assistente social do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG). E-mail: camila@cefetmg.br.

<sup>2</sup> Mestre em economia e Desenvolvimento. Doutoranda em Política Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: emilystsmota@gmail.

Desta forma, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente será apresentada uma perspectiva crítica acerca do desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil mostrando que este foi marcado por particularidades históricas onde o “moderno” e o “arcaico” sempre persistiram. Posteriormente, serão apresentadas algumas reflexões acerca da questão social e sua intrínseca relação com o desenvolvimento das políticas sociais, sua expansão no período conhecido como "Welfare State" e o seu notório encolhimento dado por medidas neoliberais.

Por último, será realizada uma análise dos reflexos do ajuste fiscal na Seguridade Social, destacando os fenômenos que conferem nova caracterização às políticas sociais, tais como, a assistencialização da Seguridade, a privatização dos serviços públicos, a garantia dos mínimos sociais, bem como a mercantilização da previdência e da saúde. Destaca-se aqui, os reflexos sobre as políticas sociais a partir da proposta de reforma do Estado e seu agravamento nos períodos de crises.

## **1. PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL**

Para entender as políticas sociais é necessário apreender a questão social e, para isso, é importante resgatar um ponto de partida teórico: as condições de vida e de trabalho de um enorme contingente de pessoas que vivem à margem da produção que revelam que a desigualdade social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e de suas forças produtivas (MOTA, 2008).

Todo fenômeno social analisado – e aqui se inserem as políticas sociais como processos sociais inscritos na sociedade burguesa – deve ser compreendido em sua múltipla causalidade, bem como em sua múltipla funcionalidade no âmbito da totalidade concreta, como princípio estruturante da realidade (BEHRING, 2015). As políticas sociais, portanto, devem ser interpretadas como parte estruturante da totalidade, e não como fatos em si. Pereira aponta que a Política Social,

Extrapolando os seus aspectos técnicos-gerenciais de cunho institucional/estatista. A sua simples e costumeira identificação com intervenções planejadas, sob a forma de provisões públicas para suprir carências vitais, ampliar oportunidades incluídas e reduzir riscos sociais, esconde o que ela tem de mais intrínseco: a sua natureza contraditória e complexa, eivada de paradoxos difíceis de decifrar. Além disso, a maioria dessa ocultação não é casual e inocente. Nela reside o intento não só de

camuflar, mas também de negar o que não interessa ao capitalismo dar a conhecer: a existência em seu próprio seio, de contraofensivas epistemológicas, teóricas, metodológicas e práticas que, ao tempo que denunciam os limites e fragilidades da razão burguesa acalentam projetos transformadores (PEREIRA, 2020, p. 33).

Assim, a formatação das políticas sociais e a dos padrões de proteção social não podem ser consideradas apenas desdobramentos ou até mesmo respostas e formas de enfrentamento às expressões da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

FLEURY (1998) também destaca que as políticas sociais devem ser compreendidas num campo complexo e multideterminados, pois,

Confluem múltiplos interesses, concorrentes e competitivos, que algumas vezes podem organizar-se em colisões amplas, gerando consenso que dão sustentabilidade as políticas, mesmo sem negar as contradições entre diferentes interesses envolvidos. O diferencial no peso dos interesses envolvidos vai atribuir às políticas sociais características distintas, configurando modelos mais ou menos inclusivos/excludentes, assim como relações políticas distintas (paternalista, clientelar, corporativa, cidadã). O campo da política social está também determinado pela dinâmica do processo de acumulação, que provê as contingências que delimitam as possibilidades de ação e mesmo a amplitude e os mecanismos de satisfação das necessidades sociais. As políticas sociais se materializam em instituições e organizações, cujos procedimentos e mecanismos estruturam tal campo e dão forma ao próprio Estado (o Estado ampliado). São, no entanto, expressão materializada do Estado da relação de forças na sociedade. (FLEURY, 1998, p. 9).

Assim, a política social deve ser compreendida em seu movimento contraditório uma vez que ao mesmo tempo em que refletem as lutas de classes, favorece as forças produtivas. “As políticas sociais conduzidas pelo Estado capitalista representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais” (FALEIROS, 1987, p. 46).

No entanto, Behring (2015) reforça que a política social não deve ser apreendida apenas pela sua inserção na esfera do capital ou apenas pelos interesses daqueles que detém o poder, mas sim pela relação histórica destes com os processos em sua totalidade.

Tendo como amparo a análise histórica das políticas sociais, em cuja origem à questão social possui papel determinante, e, num movimento dialético, tanto política social quanto questão social sofrem efeitos. As relações sociais tipicamente

capitalistas desenvolveram-se no Brasil de forma bem diferente do ocorrido nos países centrais, ainda que mantendo suas características essenciais. Devido a isso, as políticas sociais nesse país periférico do mundo capitalista, se constituíram atreladas ao seu processo histórico. Isso explica o sentido colonialista do país, trazendo um descompromisso das elites econômico-políticas com os direitos do cidadão, forte confusão entre o público e o privado, dependência, classes dominantes que utilizam o Estado nacional, para o patrocínio de seus próprios interesses, o que conferiu ao Brasil o legado de país do favor, do clientelismo e da escravidão.

A política social assume papel central no capitalismo monopolista justamente para garantir, manter e financiar o modelo de produção capitalista (FALEIROS, 1987). Porém, no Brasil, o desenvolvimento do capitalismo monopolista foi marcado por particularidades históricas onde o “moderno” e o “arcaico” sempre estiveram lado a lado, elementos de nossa herança colonial e patrimonialista persistem no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas os processos sociais do presente. Segundo Iamamoto:

“a atual inserção do País na divisão internacional do trabalho, como um país de economia dita “emergente” em um mercado mundializado, carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 128).

Esse caráter peculiar imprime um ritmo particular ao processo de mudanças onde tanto o novo quanto o velho alteram-se em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações de trabalho, radicalizando a questão social (IAMAMOTO, 2008).

A expansão monopolista no Brasil ocorreu mantendo, de um lado, a dominação imperialista, e de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. O que aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, pois favorece a concentração de renda, prestígio e poder. O Estado é capturado pelas classes burguesas assumindo o papel de imposição de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade.

Sendo assim, o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem ter que realizar uma “revolução democrático-burguesa”, gradualmente e “pelo alto”. A grande propriedade transformou-se em empresa capitalista agrária e com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em país moderno com alta taxa de urbanização e complexa estrutura social (IAMAMOTO, 2008).

A debilidade histórica da democracia no Brasil, que se expressa no fortalecimento do Estado e na subalternidade da sociedade civil, é indissociável do perfil da revolução burguesa no país. O uso de instrumentos coercitivos por parte do Estado restringiu a participação política e o exercício da cidadania para os setores majoritários da população, derivando de uma rede de relações autoritárias que atravessa a própria sociedade civil “incorporada” pelo Estado (IAMAMOTO, 2008).

Ao longo da história republicana, o bloco do poder contou com alianças que ao excluírem os trabalhadores tornaram possível a manutenção da velha oligarquia fundiária no poder. Ao mesmo tempo em que a burguesia industrial era beneficiada com o aumento da população sobrando e a redução dos salários urbanos. Os interesses pertinentes à propriedade latifundiária foram mantidos, sem impedir a modernização capitalista, dando forma à “modernidade arcaica” no Brasil. Assim, o moderno e o arcaico se combinam dando forma ao modelo de superexploração em países como o Brasil com o intuito de obtenção cada vez maior de lucro (BEHRING, 2015).

O efeito dessa história é a contínua exclusão dos trabalhadores urbanos e rurais dos processos de decisões do Estado e do bloco do poder, ficando sujeitos às repressões centralizadoras do Estado e ao arbítrio do poder privado dos chefes políticos locais e regionais. Agravam-se e diversificam-se as desigualdades, expressas nas lutas operárias, nas reivindicações do movimento negro, nas lutas pela terra, pela liberdade sindical e pelo direito de greve, nas reivindicações em dos direitos à saúde, a habitação, à educação entre outros. Moderniza-se a economia e o aparelho de Estado, no entanto, as conquistas sociais e políticas permanecem defasadas, expressando o desencontro entre economia e sociedade (IAMAMOTO, 2008).

## 2. WELFARE STATE, NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS

Cada período do capitalismo atravessou ondas de crescimento e ondas de depressão, nesse sentido o Estado é chamado a intervir na questão social, sendo que as políticas sociais se multiplicam no final de um longo período depressivo, que se estende de 1914 a 1939, e se generalizam num período de expansão e segue até os fins da década de 60 (BEHRING, 2015).

Desta forma, o Estado intervém na economia tomando medidas que visavam diminuir os impactos das crises, através das medidas keynesianas. Essas medidas buscavam amortecer as crises de superprodução, superacumulação e subconsumo, intrínsecas ao movimento de produção e reprodução do capital onde se incluem as políticas sociais. As políticas sociais são utilizadas como “instrumento de domesticação do capitalismo” (BEHRING, 2003, p.58).

A crise é o estado natural do capitalismo, sendo os anos de ouro do capitalismo democrático do pós-guerra até as décadas de 1960 e 1970, uma conjunção rara entre crescimento econômico e distribuição (FLEURY, 2018, p.114).

As políticas sociais ganharam força após a segunda guerra mundial perdurando até a década de 1970, a partir das medidas keynesianas conhecidas enquanto "welfare state", período conhecido como os “30 anos dourados”. No entanto, de acordo com Lessa, entre 1890 e 1930 vários países já haviam implementado políticas públicas a partir da intervenção direta do Estado na economia (LESSA, 2013). Se a política social foi um importante instrumento na economia política do pós-guerra, se generalizando pelo mundo do capital, sua condição não é a mesma na onda larga repressiva, já que a reação burguesa é flexibilizar as relações de trabalho e os direitos sociais conquistados, redirecionar o fundo público para os interesses da burguesia, diminuindo assim a parcela destinada às políticas sociais. “As chamadas reformas do Estado capitalismo, seguindo uma perspectiva neoliberal encampada pelo Fundo Monetário Internacional, estão, por sua vez, desmontando o fundo público e transferindo sua responsabilidade para o mercado e para o indivíduo” (FALEIROS, 1987, p. 7).

Para Pereira (2020) o Keynesianismo sempre flertou com o liberalismo o que ficou evidente com a crise dos anos 70, onde as medidas neoliberais possibilitaram a ampliação da taxa “natural” do desemprego, implantaram uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduziu os impostos sobre as altas rendas e favoreceu a alta nas taxas de juros, preservando o rendimento do capital financeiro. No entanto, não conseguiram alavancar a produção e ampliar a taxa de crescimento econômico, ainda que tenha sido vitorioso no plano político-ideológico. O capital ao invés de voltar-se para o capital produtivo é canalizado para o setor financeiro, favorecendo um crescimento especulativo da economia. Para Behring:

“As políticas neoliberais comportam alguma orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade” (BEHRING, 2003, p.59).

Ao operar, não apesar da crise, mas a partir da crise, a proposta neoliberal se torna exitosa com o aprofundamento das desigualdades e a ampliação do desemprego, ao apostar no mercado como sendo o grande regulador das relações econômicas e responsabilizar os indivíduos por suas próprias condições básicas de sobrevivência. Todo esse ideário, de criar problemas, para vender soluções que envolve, por conseguinte, uma canalização do fundo público para interesses privados “cai como uma luva” na sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 2008).

Devido à lógica financeira do regime de acumulação capitalista as crises se alastram por todo mundo gerando novas recessões. Nesse sentido, o caráter volátil do crescimento acaba por provocar maior concentração de renda e aumento da pobreza. A desregulamentação do capital que se expressa na flexibilização do trabalho se estende às formas de organização dos processos de produção, da gestão e remuneração da força de trabalho, do mercado de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas e dos padrões de consumo. No âmbito da produção a lógica é reduzir custos e aumentar a lucratividade. Verificam-se, assim, profundas alterações nas relações entre Estado e sociedade civil, orientadas pela cartilha neoliberal expressa nas políticas de ajuste recomendadas pelo “Consenso de Washington”. Este consenso visa reduzir o gasto estatal com o social em nome da crise fiscal do Estado. Nesse sentido, tem-se um Estado cada vez mais

submetido aos interesses do capital. A vitória neoliberal é a imposição de uma derrota tanto para os trabalhadores quanto para a democracia (PAULA, 2005).

Com a crise fiscal, o Estado reduziu o gasto social com serviços e políticas sociais operando um duplo movimento, primeiro a partilha de responsabilidades e atividades com organizações não governamentais, empresas, instituições religiosas, a filantropia e o trabalho voluntário (BEHRING, 2003).

A contração da esfera política e sua subordinação à dinâmica de acumulação da economia globalizada, representada pela financeirização e pelo poder das corporações, tiveram fortes impactos sobre o WS, restringindo benefícios e acesso às políticas de proteção social, mercantilizando e subordinando à lucratividade os setores sociais, redefinindo a sociabilidade em bases individualistas e competitivas. Aprofundaram-se assim as desigualdades (FLEURY, 2018, p. 117).

Os níveis de exploração e as desigualdades crescem, mas as lutas e as resistências carecem de mais organicidade e densidade política. A questão social toma uma proporção mundial e não apenas em países pobres. Têm-se desigualdades de toda ordem e em todos os lugares onde existe o capitalismo, sob formas peculiares e distintas considerando as características de cada país (BEHRING, 2003).

A política social submetida à política econômica passa a ser orientada pela lógica da privatização, onde se têm redução dos gastos públicos para programas sociais e o atendimento à pobreza torna-se descentralizado na sua aplicação e focalizado àqueles mais miseráveis (BEHRING, 2003). O mercado passa a reger as políticas sociais e não mais o Estado (PEREIRA, 2022).

A expressão da questão social ao mesmo tempo em que retrocessa ganha novos elementos. A regressão social na América Latina se expressa na transferência de mão-de-obra dos setores mais produtivos para os de renda mais baixa. Verificou-se a redução relativa do trabalho assalariado e um aumento dos assalariados no setor terciário e também um aumento dos trabalhadores auto-empregados. Cresceu a ocupação na pequena e média empresa e o número de desempregados aumentou exponencialmente. Constatou-se uma redução significativa dos salários reais em todos os países e um grande aumento dos assalariados em situação de pobreza. (IAMAMOTO, 2008).

Segundo Iasi após o ajuste fiscal a relação do Estado com as políticas públicas deixam de ser uma busca, mesmo que ideológica, da igualdade sendo “substituída pela fria constatação da inevitabilidade da pobreza e da miséria, levando a um caminho que nos obriga a tratar o fenômeno apenas em suas manifestações mais agudas, portanto, de forma focalizada e fragmentada” (IASI, 2012, p. 221). Nessa perspectiva, a política social é submetida à política econômica e passa a ser orientada pela lógica da privatização, na qual se têm redução dos gastos públicos para programas sociais e o atendimento à pobreza torna-se descentralizado.

Portanto ao dependerem diretamente dos recursos financeiros para serem efetivadas, as políticas públicas e em específico a social, precisam estar circunscritas a um conjunto de transformações que preveja, segundo Potyara Pereira:

[...] a recuperação e transformação do Estado, tendo como horizonte uma estratégia que vá além dos direitos como postulação normativa respaldada no seguinte lema: "que o livre desenvolvimento de cada um seja a condição do livre desenvolvimento de todos (Marx e Engels, 1988, p.87) (PEREIRA, 2008, p.106).

A política social nesse contexto de estados neoliberais segue a lógica da privatização seletiva de serviços sociais, onde se tem a transição da noção de seguridade social, implementada pela política Keynesiana, para a lógica do seguro social. Buscando o objetivo de abrir o campo dos serviços sociais para investimentos privados, obtivemos uma espécie de “americanização” da seguridade social ao adotarmos o modelo de compra de serviços privados com recursos do fundo público. A diretriz é comprar serviços sociais, transformando-os em mercadorias, cuja justificativa se tem na desqualificação e desfinanciamento das instituições sob o argumento da crise fiscal do Estado.

O projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária e a política social à política econômica. Ao invés do direito constitucional orientar as distribuições de verbas orçamentárias, os direitos passam a ser submetidos à disponibilidade de recursos. O resultado é a subordinação de necessidades sociais e sua satisfação à mecânica instrumental do orçamento público. A “reforma do Estado” organiza uma série de mudanças que possui relação direta nas alterações das políticas sociais “uma necessária adequação do Estado e da sua máquina administrativa às novas

demandas de um padrão de acumulação monopólico no quadro da crise do final do século XX” (IASI, 2012, p. 230).

Assim, o Estado de Bem-Estar social sofreu diversas alterações. Após anos de erosão gradual, hoje está em pleno colapso. Principalmente, a partir dos anos 90, onde as medidas neoliberais fizeram com que estes países desmontassem o Welfare State que até então era considerados como invioláveis (BEHRING, 2003).

Com isso, o que se percebe primeiro é a partilha de responsabilidades e atividades com organizações não governamentais, empresas, instituições religiosas, a filantropia e o trabalho voluntário. Segundo a inserção da família corporificada na mulher e no espaço doméstico-familiar no desenvolvimento e responsabilização das atividades voltadas para o atendimento das necessidades de reprodução ampliada da força de trabalho, que, até então realizadas pelo Estado, voltam à família, aos espaços ampliados da moradia e/ou se transferem ao setor privado (ABRAHAMSON, 2004). Para Fleury (2018) essa omissão do Estado através da ausência de investimentos em políticas públicas é uma ameaça à democracia e a justiça social.

### **3. POLÍTICA SOCIAL EM TEMPO DE AJUSTE FISCAL**

A garantia constitucional da Seguridade Social, constituída pelo tripé Previdência, Saúde e Assistência Social é um avanço no que tange à proteção social e aos direitos dos cidadãos pós Constituição de 1989. No entanto, é preciso que se atente para os fenômenos atuais que têm revelado uma constante assistencialização da Seguridade Social, privatizando os serviços públicos e garantindo a gratuidade apenas dos mínimos sociais. A desresponsabilização estatal e a transferência de suas funções para a dita “sociedade civil”, que na verdade não deixa de ser “o mercado”, tem resultado na perceptível mercantilização da previdência, da saúde e da própria assistência (BEHRING, 2003).

No que diz respeito à previdência, têm-se a expansão das previdências privadas, dos fundos de pensão que, na maior parte, possuem vinculação com os grandes bancos nacionais e internacionais. Esses “fundos” de previdência privada, também participam ativamente da especulação financeira, concedendo empréstimos a

juros, investindo o capital dos participantes, se vinculando ativamente ao mercado financeiro, ao capital fictício do mundo financeirizado atual (BEHRING, 2004).

Em relação à saúde, é possível perceber o completo domínio dos planos de saúde. Aqueles que possuem a mínima condição, diante de um sistema público que não se apresenta capaz de atender a todos (como deveria) e com qualidade, optam (se é que isso pode ser considerado uma opção) por comprar seu plano de saúde, acreditando assim, estar com a saúde protegida e o atendimento necessário garantido. Mercantilizar um setor como a saúde é colocar na mão dos interesses capitalistas (de lucro) a vida de pessoas (BEHRING, 2003).

A assistência que deve ter sua universalidade para o âmbito de todos os que dela necessitam, tem a cada dia seu público ampliado. Com o desemprego, o subemprego, a precarização do trabalho, o aumento das desigualdades e o crescimento de ações governamentais paliativas e assistencialistas, a assistência social tem se transformado no carro chefe da Seguridade Social. Ela que antes era a de menor destaque, que traz na sua constituição a característica de ser voltada para o “não-trabalhador”, o “incapaz ao trabalho”, tem sido a que recebe maior demanda dentro do tripé, mesmo não sendo a que possui o maior financiamento, a maior rubrica (BEHRING, 2004) .

A Assistência Social se transformou a partir dos anos 2000 como o principal mecanismo de proteção social no Brasil, tendo o seu foco nos programas de transferência de renda, a exemplo do extinto Auxílio Brasil e o atual Bolsa família.

A crise do Covid-19 deixou escancarada a ausência do Estado nas políticas sociais, ampliando o desemprego e a desigualdade social. O programa apresentado pelo governo federal durante a pandemia não demonstrou o alcance populacional e o impacto financeiro esperado. A promessa era que o Auxílio Brasil iria turbinar o antigo Bolsa Família, porém, na prática, o que se observou foi um programa ainda mais focado em famílias que se encontram em situação de extrema pobreza (SPOSATI e MEIRA, 2022).

Esse tipo de programa por ser conhecido como "eleitoreiros" e, uma vez caracterizados como “de governo”, não podem ser tomados sequer como um direito do cidadão, ou como uma política pública estatal, tendo sua permanência vinculada às

intenções e interesses daqueles que estão no poder. Além disso, a política assistencial com base na transferência de renda, “(...) tem se constituído um elemento de acesso a bens e serviços circunscritos no circuito de compra e venda de mercadorias” (SITCOVSKY, 2008, p. 155).

Uma verdadeira reedição do velho o assistencialismo, favoritismo e clientelismo, voltam a governar as ações do Estado. Cada vez mais expandindo a interferência, ou melhor, o domínio dos interesses capitalistas sobre a seguridade do país (MOTA, 2008).

Com a criação dos ditos “serviços não exclusivos do Estado” e a inscrição neles da saúde, da educação e de tantas outras políticas sociais, o que se tem é o favorecimento e a abertura desses serviços (que deveria ser oferecidos pelo Estado e com qualidade) para a exploração lucrativa do capital (BEHRING, 2003).

O Estado, na figura de um gerente, passa a absorver as características empresariais e em nome da eficácia e da eficiência todo aparelho estatal é desmontado e se reconfigurado com as características privadas de gestão, passando a figura estatal a ser um mero coordenador e organizador dos serviços prestados pelo mercado. Este que deveria ser complementar àquilo ofertado pelo Estado, passa a ser suplementar e configura-se como a maneira por meio da qual a sociedade garante sua sobrevivência e desenvolvimento (BEHRING, 2003).

Os efeitos dos ajustes estruturais, da contrarreforma do Estado, são profundamente impactantes nas políticas sociais e, por via de consequência na qualidade de vida dos trabalhadores, assim como o novo padrão de acumulação monopólica, aprofunda as desigualdades sociais (IASI, 2012, p. 236).

Logo, tratar as políticas sociais e os processos de gestão no contexto neoliberal implica considerar como o Estado tem se caracterizado no contexto capitalista atual, quais suas estratégias e como tem se utilizado das políticas sociais para implementar suas propostas neoliberais em conformidade com os interesses dos capitalistas nacionais e dos organismos internacionais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas sociais imprime a necessidade de entendimento do processo originário do modo de produção capitalista e suas constantes atualizações. Logo, a origem dessas políticas está concomitantemente vinculada ao surgimento do modelo capitalista, de onde decorrem as diferentes expressões da Questão Social.

Serão construídas, via políticas sociais, diferentes respostas às manifestações da Questão Social, levando em consideração cada período histórico e as especificidades próprias do sistema capitalista. Não só a Questão Social, como as políticas sociais, terá características e trajetórias diferenciadas conforme o processo de formação e desenvolvimento de cada nação.

No Brasil, há de se considerar sua forma de colonização — exploração de riquezas para o mercado externo, concentração de renda e poder, utilização do Estado para interesses pessoais — para o entendimento do modo como o capitalismo se desenvolveu e o tipo de respostas aos problemas sociais gerados por ele. Ao mesmo tempo, as políticas sociais não devem ser vistas apenas como requisito da acumulação e nem reduzida como conquista exclusiva dos trabalhadores, mas como resultados de complexas mediações (socioeconômicas, políticas e culturais) desenvolvidas pelas forças sociais que se movimentam historicamente.

É importante destacar que no Brasil não houve um Estado de Bem-estar Social em sua plenitude como observado em alguns países desenvolvidos, uma vez que, em território nacional, as políticas sociais foram construídas de formas setORIZADAS, desarticuladas e assistemáticas, sendo regulamentadas enquanto direito social tardiamente e apenas a partir da Constituição de 1988, tendo em vista que na década de 80 o modelo keynesiano do Welfare State já estava sendo substituído pela proposta neoliberal.

Apesar de o Brasil ter aderido ao neoliberalismo efetivamente na década de 90, a retração do Estado nas políticas sociais foi uma das prioridades de ação, sendo a reforma do Estado um dos mecanismos de conduzir e dar suporte às propostas neoliberais. A sociedade civil passa a ser “parceira” no aporte das políticas sociais, fazendo com que as mesmas percam o caráter de direito e retome ao velho

assistencialismo. Surgem assim, novas formas de gestão das políticas sociais, via terceiro setor e sob modelos e influências da iniciativa privada.

Fica caracterizado que o movimento histórico-dialético da sociedade, o modo de produção capitalista e o caráter assumido pelo Estado neste movimento, direcionam e redirecionam as políticas sociais, fazendo com que as mesmas, ora sejam alvo de investimento e direito, ora sejam alvo de retração e benesse.

O resultado de tal premissa é que as políticas sociais estão sendo implementadas com caráter temporário, de forma seletiva e direcionada, possuindo um caráter compensatório, não estruturador, de ações focais para grupos de risco, sob a argumentação de serem programas emergências temporários de combate à desigualdade social, em oposição à construção de políticas universais e permanentes.

As políticas focalizadas enquadram no entendimento que vem orientando a atual política de enfrentamento da desigualdade no país e da retração dos direitos sociais, denominada de concepção neoliberal conservadora, tendo como objetivo central atenuar e mascarar a pobreza crescente oriunda do ajuste fiscal que, centrando-se no corte de recursos para programas sociais, volta-se apenas para criar condições de inserção do país na competitividade da economia globalizada. Tais políticas, centram-se em programas emergenciais/assistencialistas, insuficientes, descontínuos, direcionados para a população de extrema pobreza, corroborando a uma desresponsabilização social do Estado e transferindo para a sociedade, — sob o apelo da solidariedade, da parceria entre o público e o privado, bem como da estrutura familiar — o dever da proteção social inerente ao Estado Capitalista Moderno.

A assistência como mediadora do mercado através da oferta de bens de consumo ou de programas de renda mínima acaba por dinamizar o mercado, as economias e o comércio local. Qualquer política que se limite a gerenciar fluxos de renda, sem alterar a distribuição da riqueza e a estrutura societária, será incapaz de alterar as condições de pobreza da população e viabilizar maior autonomia e participação política dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, P. Neoliberalismo, pluralismo de bem-estar e configuração das políticas sociais. **Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo**. Brasília: n. 2, 2004 (p.109-134).

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Política social: notas sobre o presente e o futuro. In: **Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo**. Brasília: 2004 (p.161-180).

\_\_\_\_\_. **Política Social no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Cortez, 2015, 6ª ed.

FLEURY S. Capitalismo, democracia, cidadania - contradições e insurgências. **Saúde debate** [online]. 2018, vol.42, n.spe3, pp.108-124.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-11042018000700108&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-11042018000700108&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

\_\_\_\_\_. **Políticas Sociais e cidadania**. Working Paper, September 1998.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17 ed. São Paulo: Cortez, Lima, Peru: CELATS, 2005.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, M. L. O Estado depois do ajuste: políticas sociais na época da hipocrisia deliberada. In: PASTORINI, A. et al. **Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo**. RJ: Editora FGV, 2012.

MOTA, A. E. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (org.). **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2.ed., 2008, p.133-146.

PAULA, J. A. A longa servidão: a trajetória do capitalismo no Brasil. In: PAULA, José A. (org.) **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. BH: Autêntica, 2005. PP. 17-35.

PEREIRA, P. A POLÍTICA SOCIAL ENTRE DEUS E O DIABO: Determinações e funcionalidades no sistema capitalista. MORAES, C. A. S; SENNA, M. C. M; FREITAS, R. S. (Orgs.). In: **Política Social no Brasil: trajetórias, sujeitos e institucionalidades**. Editora CRV, Curitiba, 2020.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, A. E. (org.). O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2.ed., 2008, p. 147-179.

SPOSATI, A. e MEIRA, P. T. A exclusão da inclusão no Programa Auxílio Brasil. Jan, 2022. In: <https://rendabasica.com.br/rbrb-biblioteca/a-exclusao-da-inclusao-no-programa-auxilio-brasil/>.